Gênero, raça e etnia

A conquista da liberdade: alforrias de mulheres escravizadas na cidade da Paraíba, século XIX

Solange Pereira da Rocha

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MACHADO, CJS., SANTIAGO, IMFL., and NUNES, MLS., orgs. *Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2010. 256 p. ISBN 978-85-7879-038-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

A conquista da liberdade:
alforrias de mulheres escravizadas na
cidade da Paraíba, século XIX

Solange Pereira da Rocha

Com a oportunidade de participar da Mesa Redonda Gênero, Raça e Etnia, no **I Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais**, em setembro de 2007, escolhemos algumas histórias de mulheres escravizadas do século XIX, na Paraíba, que se opuseram ao sistema escravista e buscaram conquistar a liberdade via carta de alforria¹.

As histórias que constam desse texto estão em consonâncias com os novos enfoques da temática da escravidão, nos quais mulheres e homens escravizados são considerados sujeitos históricos que, mesmo com os limites e a violência imposta pela sociedade escravista, construíram uma lógica de sobrevivência e de resistência ao sistema. Desta forma, variadas e complexas experiências históricas da escravidão têm sido recuperadas pela historiografia, destacando-

¹ Para mais detalhes sobre a política de alforria, ver o capítulo 5 da tese de doutorado de minha autoria: ROCHA, Solange P. da. **Gente Negra na Paraíba Oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. Recife: PPGH/UFPE, 2007.

se temas como: vida familiar, religiosidade, abolição, escravidão urbana, papel das mulheres, alforrias, entre outros².

Entre as várias histórias de mulheres escravizadas desveladas em vários acervos da Paraíba, destacamos como uma das mais extraordinárias a experiência de Gertrudes Maria, uma alforriada sob condição, que desempenhava o ofício de pequena comerciante, denominada por seus contemporâneos do século XIX como “negra do taboleiro” ou quitandeira. Essas mulheres, entre as décadas de 1820 e 1840, costumavam circular pela Rua das Trincheiras e adjacências (região central da atual João Pessoa), negociando “com verduras, frutas, e o que mais lhe permiti[ss]em suas posses”³. A função realizada por Gertrudes exigia uma frequente mobilidade, o frequente deslocamento por inúmeras artérias urbanas. Esse movimento abria possibilidades para a formação de redes sociais, com pessoas livres ou escravizadas, com pobres e com ricos. No final da década de 1820, ela se beneficiou dessas amizades, pois teve de opor-se a um embargo de penhora contra seu senhor (Carlos José da Costa), que colocou em risco a sua liberdade parcial, pois, apesar de já ter comprado a carta de alforria e ter gratificado o senhor com 100 mil réis (50% do valor exigido), tentaram vendê-la em praça pública. A outra metade de sua liberdade seria quitada com o trabalho para seus senhores, a ser realizado por um período incerto, pois a liberdade estava condicionada à morte dos mesmos. Gertrudes retratava, assim, outras mulheres negras do Oitocentos – libertas ou escravas, tanto em razão da exploração do seu trabalho em benefício de um segmento social, os donos de escravos, quanto por ter se colocado contra o sistema escravista, explorando as brechas das leis e afirmando a sua humanidade, opondo-se à visão predominante na época, que a considerava apenas uma mercadoria. Além disso, na década de 1820, quando essa libertanda recorreu à justiça, não era comum às mulheres e aos homens escravizados contratarem advogados para se oporem aos seus donos e donas, nem a própria instituição escravista ainda havia sofrido críticas contundentes, como ocorreria na segunda metade do século XIX, com

2 Entre os vários trabalhos da recente historiografia da escravidão destaco CHALHOUB, S. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; GOMES, Flávio dos S. *Experiências Atlânticas*. Ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil. Passo Fundo: Ed. UPF, 2003; LARA, Silvia Hunold. *Blowin' in the Wind*. E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. *Projeto História*. São Paulo, n. 12, p. 43-56, out., 1995; e SLENES, Robert W. *Na Senzala, uma Flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

3 Informações históricas obtidas na Apelação Cível à penhora da escrava Gertrudes, 1828-42, depositada no Arquivo do Tribunal de Justiça da Paraíba, doravante ATJPB, 1828-42, fl. 68.

a penetração e divulgação de ideias abolicionistas, rompendo na sociedade o consenso de legítima escravização de pessoas (REIS; SILVA, 1989).

A respeito do processo judicial, iniciado em 08 de julho de 1828, quando os dois credores de seu dono – Frei João da Encarnação e José Francisco das Neves – entraram com uma “petição de embargo” com vigor de penhora contra Carlos José da Costa, requerendo que Gertrudes fosse vendida para pagar dívidas no valor de 176\$190 réis ao religioso e 17\$000 réis a José Francisco Neves.⁴ Um valor nada desprezível para a época, especialmente o devido ao religioso, pois chegava a representar mais de dois terços do preço médio de uma escrava, que andava por volta de 270 mil réis na década de 1830 (MATTOSO, 1988).

Entre 1828 e 1842, a ação contra Gertrudes correu nas primeiras instâncias do judiciário e ela teve três advogados. As mudanças indicam que ela não dispunha de recursos para efetuar o pagamento. O primeiro a ser constituído seu advogado e procurador foi Luis Nogueira Moraes, substituído, em pouco tempo, por José Lucas de Souza Rangel, que também deixou o caso. Por fim, em 1830, um representante da elite paraibana – Francisco de Assis Pereira Rocha – assumiu o caso e a defendeu até a década de 1840. Este advogado exerceu importantes cargos como a presidência da província (equivalente nos dias atuais, à função de governador), foi chefe de Polícia (1860)⁵ e era dono de escravos.

Quando finalmente se julgou a questão – em 20 de abril de 1831 – o Juiz de Fora, Inácio de Sousa Gouveia, deu ganho de causa aos credores de Carlos José da Costa, por considerar a carta de liberdade “título nulo, inútil e reprovado”. Sendo assim, poderia ser colocado em “vigor o arresto” contra Gertrudes, cabendo a ela, ainda, o pagamento das custas do processo⁶.

A publicação da sentença ocorreu quase três meses depois (em 03 de julho de 1831). Quatro dias após o julgamento, o curador de Gertrudes entrou com a Apelação⁷: o processo deveria ser enviado para um julgamento por órgão supe-

4 Conforme Apelação Cível GM, ATJPB, 1828-42, fl.23.

5 Francisco de Assis Pereira Rocha, como interino, no período de 16 de março a 09 de dezembro de 1842; como efetivo, de 16 de novembro de 1843 a 26 de abril de 1844, mais três vezes como interino: de 22 de outubro a 15 de dezembro de 1859, de 15 de abril a 16 de julho de 1860 e de 17 de agosto a 08 de novembro de 1860, ver Quadro dos chefes de polícia, efetivos e interinos que tem tido a província da Paraíba (1888), depositado na Biblioteca Nacional/RJ.

6 Conforme Apelação Cível GM, ATJPB, 1828-42, fl. 106.

7 Recurso que se interpõe das decisões terminativas do processo a fim de os tribunais reexaminarem e julgarem de novo as questões decididas na instância inferior.

rior da Justiça, a Ouvidoria Geral da Comarca, na província da Paraíba. Houve, então, duas outras audiências públicas, numa das quais não compareceu nem o procurador dos credores nem os próprios credores. Entretanto, o advogado Francisco de Assis fez uma apelação, ou seja, entrou com recurso solicitando um novo julgamento, a ser feito por instância superior. Desta forma, o processo foi enviado aos órgãos superiores da Justiça. Isto significava que não seria mais julgado em território da província, mas no Tribunal da Relação, localizado, à época, em Recife.

Mas, conforme informações contidas na Ação Cível, ficamos sabendo que este processo ficou, por alguns anos, desativado. Somente dez anos depois, em 1841, José Francisco das Neves solicitou a reabertura da ação judicial, que foi acatada pelas autoridades. Em seguida, Gertrudes Maria e seus dois filhos foram presos, pois, segundo o autor da denúncia (o citado Francisco das Neves), o depositário⁸ de Gertrudes, José Bernardino de França, nomeado em 1828, deixou-a “viver à rédea solta”, e concubinada com um índio com quem morava de “[...] portas adentro, e de quem tem hoje duas crias”⁹, ou seja, ela se tornou mãe de duas crianças.

Apesar das importantes informações obtidas sobre a “batalha judicial” de Gertrudes Maria, não sabemos como se conclui a empreitada judicial, mas é importante frisar que ao colocar-se contra os seus proprietários, essa mulher escrava conseguiu manter sua liberdade, mesmo que precária, por mais de uma década. Além disso, legou-nos uma forma de resistência à escravidão que passava pela via legal, busca da justiça.

Outra interessante história da época da escravidão na cidade da Paraíba (atual João Pessoa) envolveu uma família de mulheres, que era composta de três gerações. Após a “descoberta” da carta de alforria de Juliana, uma mulher “mulata”, que em 1858, tinha 23 anos, consegui encontrar outros documentos que mostraram seus parentescos biológicos.

Para recuperar fragmentos das histórias de Juliana, utilizamos a técnica da “ligação nominativa” de fontes, uma metodologia na qual o nome de um

8 Quando uma ação judicial envolvia um escravo (ou escrava), este ficava sob a responsabilidade de uma pessoa indicado pelo juiz, a mesma era denominada de *depositário*, e deveria ficar responsável pela a guarda do escravizado por todo o período da ação judicial. Quando lhe fosse exigido, este deveria ser restituído, em GRINBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambigüidade*. As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 22.

9 Conforme Apelação Cível GM, ATJPB, 1828-42, fl. 120.

indivíduo serve como fio condutor na investigação, em séries documentais distintas, permitindo reconstituir parte de sua vida. Desta forma, a partir do nome de Juliana e de seus donos, encontrada, primeiro, no registro de batismo, em seguida, foi cruzado com o banco de dados de cartas de alforria. Assim, foi possível acompanhar algumas de suas ações para a conquista da liberdade¹⁰. No caso dessa pesquisa, dispomos de bancos de dados de batismo, casamento e óbito, pudemos investigar as relações sociais da população negra da área litorânea da Paraíba oitocentista e tivemos condições de recuperar alguns aspectos da vida familiar de Juliana.

Luiza, uma escrava “mulata”, era sua mãe e a levou para ser batizada em 19 de julho de 1835. Seu padrinho foi um homem livre, José Bento Labes, e não teve madrinha. Em 1838, foi a vez de sua irmã Margarida receber a bênção da Igreja Católica. Todas as três pertenciam a Antonio Soares de Pinho.

Passadas quase duas décadas, em 1853, quem retornou à igreja de Nossa Senhora das Neves, foi Margarida. Ela havia se casado com Manoel Francisco Ramos e batizava sua filha legítima, a liberta Joana. Formava, então, uma família nuclear, sendo que com a morte de Antonio Soares de Pinho, o casal passou a pertencer aos seus herdeiros – esposa e filhos.

Juliana, como sua irmã, também procriou, porém, ao contrário desta, não estabeleceu uma relação reconhecida pela Igreja. Assim, a sua criança, chamada Maria, foi batizada como “filha natural” em 19 de fevereiro de 1855 e tinha a condição de escrava como pregava a legislação da época. Teve como padrinhos o padre João do Rego Moura e dona Ana Sidonéia Pinho¹¹. Nessa época, mãe e filha aparecem como propriedade de dona Cândida Irinéia d’Assunção, indicando a divisão da herança na família de Soares de Pinho.

Quase três décadas depois, em 1883, temos informação sobre o compadre de Juliana, o sacerdote João do Rego Moura. Incorporando o espírito de contestação da escravidão, tornou-se um dos fundadores da “sociedade abolicionista” na capital. Esta se chamava *Emancipadora Parahybana*, que logo criou

10 Esta técnica tem sido muito adotada por historiadores da família escrava, a exemplo do que fez SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava*, Brasil-Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

11 Na década de 1850, Juliana e seus filhos apareceram ora como propriedade de dona Cândida Irinéia d’Assunção (esposa de Antonio Soares de Pinho), ora como da filha do mesmo senhor falecido, Ana Sidonéia Pinho. Possivelmente, tratava-se do período de transmissão de herança, pois, na década de 1860, confirmou-se a nova proprietária da Maria: a filha do senhor falecido, Ana Pinho também foi nomeada como Ana Tertula Pinho, na documentação do ATJPB.

o jornal *Emancipador*. Aliás, o abolicionista José do Patrocínio, em passagem pelo Ceará, aproveitou e ampliou sua viagem até a capital da Paraíba e, em 25 de fevereiro de 1883, assistiu à criação de tal órgão com suas festividades, discursos e entrega de dez cartas de alforria a mulheres e homens escravos (MEDEIROS, 1988, p. 39-55).

Retomando a história de Juliana, ainda não há evidências empíricas para afirmar se Juliana e a criança conviveram com o pai, ou mesmo se ele era escravo ou livre. Entretanto, em 10 de maio de 1857, Juliana voltou à igreja Matriz e batizou seu filho Cassiano, de condição forra – sua carta de alforria foi redigida no ano seguinte, 1858 –, sendo escolhido para padrinho José Gonçalves dos Reis, mas o batizando não teve madrinha. Dessa forma, Juliana aos 22 anos de idade era escrava parda e mãe de duas crianças (um menino liberto e uma menina escrava), ambos com a mesma cor da mãe. A respeito dos vínculos parentais, pode-se afirmar que Juliana tinha conhecido sua mãe e teve uma irmã, que lhe deu um cunhado (de condição escrava) e uma sobrinha (liberta). Temos, então, uma situação em que uma família escrava do tipo monoparental aumentou para sete pessoas, dentre estas, duas crianças que conseguiram obter a liberdade. Provavelmente, houve um grande esforço dos pais e da avó, em livrarem da escravidão a terceira geração da família.

Duas últimas informações sobre a liberta Juliana nos dão conta da compra da manumissão de sua filha, em 1863, pela quantia de 800 mil réis. Num trecho no livro de distribuição do Fórum, há o seguinte registro: “Ana Tertula de Pinho passou carta de liberdade a favor de sua escravinha Maria, 9 anos, filha da parda Juliana, pelo valor de 800\$000”¹². Dois anos antes, em 1861, Luiza, a mãe de Juliana, também conseguiu obter a sua carta de liberdade. Ela estava, naquela época, com cerca de 50 anos e pertencia a Joaquim Soares de Pinho, que a recebera de herança do inventário do seu pai, o citado Antonio Soares de Pinho. O valor estimado de Luiza era de 700 mil réis, mas, após negociação, ela pagou metade do valor atribuída à carta, pois Joaquim “perdoou” metade do valor, segundo ele, em razão dos “bons serviços” prestados pela escravizada e a libertou pela quantia de 350 mil réis, que ele recebeu em moeda legal e corrente, passando a carta de liberdade, “sem condição alguma”, que, rapidamente, foi registrada em cartório¹³.

12 Livro de distribuição 1861 a 1865, depositado no ATJPB, 1828-42, fl. 22.

13 Livro de Notas – 1856-61, fl. 164. A carta de liberdade foi passada em 02 de março de 1861 e, em 08 de abril do mesmo, registrada no livro de notas, pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico

Enfim, Juliana era uma mulher solteira que teve êxito na compra de sua liberdade. Deve ter conseguido economizar fazendo serviços extras ou talvez tenha contado com apoio de alguém, como seu companheiro¹⁴, ou de parentes espirituais, a exemplo do compadre João Moura (um vigário), dono de cerca de sete escravos. Compete, ainda, destacar que Juliana viveu num período em que se intensificou o tráfico interprovincial e os preços dos escravos atingiram o maior valor. Mesmo assim, Juliana conseguiu superar as dificuldades materiais e comprar a sua carta de alforria e obteve, também, a de sua filha, Maria, mediante compra. Sobre o menino Cassiano não se dispõe de dados acerca de sua liberdade, mas, ao ser batizado, tornou-se forro. Tratava-se, pois, de uma mulher em idade produtiva, em dupla acepção, tanto para conceber filhos quanto para desenvolver atividades que dariam lucros aos seus donos.

Contudo, a história de Gertrudes, Luiza, Juliana e Maria(s) nos revela vários aspectos da escravidão, entre a classe proprietária, os seus conflitos por ocasião da divisão de riquezas, a diminuição da concentração, ou seja, o empobrecimento de alguns com as sucessivas partilhas, assim como a forte influência do ciclo de vida de senhor (ou senhora) nas vidas de crianças, mulheres e homens escravizados, como um dos momentos mais dramáticos de suas vidas, pois poderiam resultar em separação de integrantes de uma mesma família e/ou de companheiros de cativeiro (METCALF, 1987). Todavia, permitem também a recuperação de histórias, sobretudo, de mulheres que conseguiram comprar a liberdade de seus filhos, evitando, assim, a separação de bebês de suas mães. Além disso, mostram que, apesar de mulheres e homens escravizados estarem sujeitos a uma legislação que tentava controlar e impedir suas ações e, também, aos seus senhores que, quase sempre, negavam a sua humanidade, tratando-os como mercadorias, passíveis de serem vendidas, compradas, legadas aos seus filhos e parentes, algumas conseguiram utilizar mecanismos do próprio sistema, a exemplo de Gertrudes, e tornaram-se sujeitas de suas histórias, protagonizando ações que se não modificaram totalmente suas vidas, legaram aos/às seus/suas descendentes possibilidades de liberdade e mobilidade social. Adentrava-se no mundo dos libertos, mas essa já é outra história que merece novas pesquisas.

Paraibano, doravante IHGP.

14 No Livro de Notas – 1856-61, IHGP, fl. 93, Juliana foi registrada como parda/mulata, seus dois filhos, Maria e Cassiano, também, foram designados de *pardos*, mostrando que, se não eram da cor da mãe, estavam bem próximos e, possivelmente, o progenitor tenha sido um homem de ascendência africana.

Referências

GRINBERG, Keila. **Liberata**: a lei da ambigüidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

MATTOSO, Kátia. **Ser escravo no Brasil**. Tradução James Amado. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MEDEIROS, Coriolano de. O movimento da abolição do Nordeste. In: SILVA, Leonardo D. **A abolição em Pernambuco**. Recife: FUNDAJ, 1988. p. 39-55. (Edição Fac-similar de 1925).

METCALF, Alida. A vida familiar dos escravos em São Paulo no século XVIII: o caso de Santana de Parnaíba. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 229-43, 1987.

REIS, João José; SILVA, Eduardo. **Negociação e conflito**: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor**: as esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil-Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.